

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.446 - DF (2019/0280750-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : **MUNICIPIO DE ITAREMA**
ADVOGADOS : **SUÊRDA NAGLLE SANT'ANA MONTEIRO - CE018913**
MATEUS LIMA LOUZADA - CE017782
FRANCISCO WESLEY DE VASCONCELOS SILVEIRA -
CE028843
DYEGO LIMA RIOS - CE028565
IMPETRADO : **MINISTRO DA SAÚDE**
IMPETRADO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, interposto pelo Município de Itarema, com fundamento no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

O impetrante pleiteia em síntese:

[...] não se tratando a presente demanda de hipótese prevista no art. 5º, da Lei nº. 12.016/09, ou que necessite de dilação probatória e utilização de prova que não a documental já constituída, bem como estando cumpridos os requisitos do art. 6º e 7º, III, do referido diploma legal, se mostra cabível o presente Mandado de Segurança e a sua concessão em caráter liminar, REQUER-SE:

I. A concessão de medida liminar, inaudita altera pars, determinando à autoridade coatora a análise da solicitação de aumento do limite financeiro para custeio de ações e serviços de média e alta complexidade do SUS (aumento do Teto MAC) em tempo razoável e inferior a 30 dias;

II. A posterior notificação do Ministro de Estado da Saúde, para apresentar informações no prazo de 10 dias, conforme estabelecido no artigo 7º, I da lei 12.016/09, bem como da ciência do feito ao Governo Federal para que se manifeste conforme artigo 7, II, da mesma lei;

III. Requer a procedência da presente ação, com a concessão do Mandado de Segurança ora impetrado, tornando definitivos os pedidos liminares, bem como a condenação do impetrado com as cominações de estilo;

IV. O arbitramento de multa diária, em caso de descumprimento da determinação de análise do processo administrativo n. 25000.210379/2018-22, que se encontra aberto desde 6 de dezembro de 2018, seja em sede de liminar, seja em sede de sentença.

Superior Tribunal de Justiça

Ainda que para fins de concessão de medida liminar e em análise perfunctória, observa-se que o tema merece especial atenção.

Diante de todo o exposto, **reservo-me o direito de apreciar o pedido de liminar, após o cumprimento das seguintes providências:**

i) notificação da(s) autoridades(s) coatoras(s) do conteúdo da petição inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, prestem as informações (art. 7.º, I, da Lei 12.016/2009);

ii) apresentação de parecer pelo Ministério Público Federal, devendo dar-lhe vista com a urgência que o caso requer;

iii) ciência do feito à Advocacia-Geral da União (art. 7.º, II, da Lei 12.016/2009).

Após, retornem conclusos os autos.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília (DF), 22 de setembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator